

A crise da dívida é ameaça às democracias, teme Gary Hart

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

A crise internacional da dívida externa não significa uma ameaça apenas para o crescimento econômico mundial — coloca em risco também as democracias nascentes em alguns países tanto quanto qualquer força política ou militar. O retorno do Brasil a um regime democrático foi causa de grande alegria nos Estados Unidos, não só por representar um fim de si mesmo, mas também como uma significativa contribuição para a segurança do Hemisfério. Por isso mesmo, "não podemos deixar que a crise da dívida ameace a democracia brasileira".

É nesse contexto de que a questão da dívida externa brasileira e de outros países em desenvolvimento ultrapassa o plano econômico que Gary Hart, ex-senador e provável candidato a presidente dos Estados Unidos pelo Partido Democrata nas eleições do próximo ano, defende uma negociação mais ampla para a atual crise internacional.

"Todas as partes devem pagar pelos erros cometidos no passado", a começar pelos Estados Unidos, cujo governo deveria agir mais como um promotor do crescimento econômico e menos como uma "agência coletora" dos bancos internacionais que ultrapassaram seus limites. Se os Estados Unidos contribuírem para a expansão econômica da América Latina estarão automaticamente se beneficiando pela possibilidade de aumentar suas exportações na região.

Um exemplo — ao inverso — dessa situação é o próprio Brasil, que, em função dos seus problemas de dívida externa, cortou suas importações de máquinas, grãos e computadores norte-americanos e reduziu os preços dos seus produtos exportáveis.

Segundo um estudo recente citado por Hart, quase metade dos pagamentos de juros da América Latina ao exterior foi gerada pela redução de importações provenientes dos EUA. O declínio do comércio norte-americano com o Brasil, Argentina e outros países da região custou o emprego de quase um milhão de trabalhadores nos EUA, mais, desde 1981, do que foi afetado pelo comércio com o Japão.

A contribuição dos países endividados para tentar solucionar a crise da dívida deveria ser, por sua vez, reduzir o protecionismo. Todas as nações deveriam lembrar-se que protecionismo de isolacionismo e

coloca em risco as alianças entre os países e a própria segurança do Hemisfério, disse Hart, ao participar ontem de um almoço com cerca de 270 empresários, promovido pela Câmara Americana de Comércio, em São Paulo.

O ex-senador, que não quis confirmar sua candidatura à presidência dos EUA — ele deverá manifestar-se a esse respeito em duas ou três semanas, já de volta aos Estados Unidos —, teve ontem pela manhã um encontro com cinco líderes da Federação das Indústrias no Estado de São Paulo, os empresários Mário Amato, Walter Sacca, Jamil Nicolau Aun, Celso Lafer e Roberto Caiuby Vidigal. A tarde, manteve outra reunião com José Mindlin, presidente do Grupo Metal Leve, e hoje deverá estar com o governador recém-empossado Orestes Quércia. Sua agenda previa a viagem para Buenos Aires na noite de hoje.

Outro ponto firmado por Hart foi de que os países endividados devem assegurar-se de que eventuais folgas obtidas nas relações com seus parceiros externos sejam usadas para promover o desenvolvimento — e não para financiar a saída de capitais, nem políticas fiscais irresponsáveis.

Os países endividados devem garantir-se, ainda, que suas políticas fiscal e monetária encorajem o investimento e o crescimento econômico. Os bancos, de seu lado, deveriam não ignorar as realidades políticas e econômicas de cada país e buscar soluções alternativas, como aumentos nos prazos de pagamento, concessão de certo alívio no pagamento dos juros e criação de novos mecanismos de empréstimos. Hart destacou ainda o papel que deveria ser desempenhado pelo Japão, que teria de aceitar novas responsabilidades nas suas relações com os países em desenvolvimento. Assim, o país deveria aumentar seus empréstimos e investimentos diretos e — mais importante do que tudo — abrir seu mercado para os países em desenvolvimento e para os desenvolvidos também.

Hart também disse endossar as palavras do presidente José Sarney, divulgadas em um artigo publicado no ano passado pela revista *Foreign Affairs*, de que é um erro considerar o Brasil como quintal ou terreno baldio dos EUA. "O Brasil não é apenas um país com grandes perspectivas para seu futuro; o Brasil é um país que está ajudando a forjar o mundo do Século XXI."

Aplicações externas, "só após renegociação"

por Severino Goes
de São Paulo

outros setores além da informática.

Segundo Benadof, porém, o assunto, na área de informática, está sendo bem conduzido pelos governos brasileiro e norte-americano e Gary Hart disse compreender a posição brasileira em relação ao assunto. "O problema está restrito à informática. A expansão da reserva de mercado seria um problema sério para todo o mundo", disse o executivo.

Quanto à negociação da dívida externa, o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos disse ter comentado com Gary Hart que está havendo uma posição de força e intransigência de ambos os lados. "Este é um problema sério e que tem de ser resolvido. A intransigência não levará a coisa nenhuma".

Benadof também disse ter comentado com o ex-senador democrata americano que o Brasil não desconhece o tamanho de sua dívida, mas está disposto a fazer um ajuste interno que não signifique uma opção pela recessão. "A saída do Brasil para todos os problemas é o crescimento, pelos problemas sociais que temos. Nunca poderíamos sair de um problema como esse pela recessão", disse.

Diante do quadro de definições da política econômica, Benadof considerou normal o anúncio da General Motors do Brasil de que vai rever um investimento de US\$ 500 milhões que havia programado. Para o cônsul norte-americano em São Paulo, Stephen Dachi, o anúncio da GM é "preocupante". "O País está num momento difícil e os executivos não têm outra saída senão tomar conta de seu planejamento. No momento, não é muito evidente como sair desse buraco".

Já na opinião de Christopher Lund, primeiro vice-presidente da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, a decisão de investir ou não no Brasil é feita tomando fatores de longo prazo que não são afetados por problemas conjunturais.

Essa posição, Benadof transmitiu ontem ao ex-senador democrata dos Estados Unidos, Gary Hart, que foi homenageado com um almoço pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Segundo o executivo, os investimentos norte-americanos no Brasil neste ano, deverão ser superiores aos do ano passado — ele não revelou os montantes — quando problemas como a possibilidade de extensão da reserva de mercado para outras áreas industriais além da informática assustaram os investidores.

Benadof relatou que, em conversa reservada com Gary Hart, discutiu temas como o processo de redemocratização do País, a proteção a empresas nacionais patrocinada pelo governo através da reserva de mercado, a situação da renegociação da dívida e dos investimentos estrangeiros em geral. "O processo de redemocratização é uma etapa diferente da vida do País", comentou Benadof, informando que Gary Hart apóia o processo de abertura política.

Temas como a reserva de mercado e os investimentos estrangeiros estão intimamente ligados, comentou o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Nos dois últimos anos, observou ele, houve queda nos investimentos estrangeiros no Brasil devido ao recrudescimento do processo inflacionário e também pela possibilidade de que a reserva de mercado atingisse